COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 6.463 , DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre videovigilância nas vias públicas de tráfego de veículos que menciona.

Autor: Deputado ADAIL CARNEIRO

Relator: Deputado DELEGADO WALDIR

I – RELATÓRIO

A presente proposição altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre videovigilância nas praças de pedágios e das vias públicas de tráfego de veículos automotores dotadas de equipamentos eletrônicos para controle de velocidade em todo o território nacional.

Consiste a proposição no acréscimo dos arts. 95-A e 320-B ao Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a instalação de sistemas de câmeras de videovigilância em cada faixa de circulação das praças de pedágio e das vias públicas de tráfego de veículos automotores dotadas de equipamentos eletrônicos para controle de velocidade, como barreiras ou lombadas eletrônicas, redutores de velocidade e ‘pardais.

Propõe ainda que os sistemas deverão estar interligados entre si e à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg, instituída pelo Decreto n. 6.138, de 28 de junho de 2007, no prazo de dois anos.

Dispõe, por fim, que as despesas decorrentes da aplicação do sistema correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos executivos de trânsito e pelo compartilhamento da receita arrecadada nos termos do art. 320-A da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Na justificção, o autor argumenta que várias praças de pedágio já dispõem de sistema de câmeras de videovigilância, normalmente utilizadas para identificar os condutores que burlam a tarifação. Essas mesmas câmeras podem ser utilizadas para vigilância dos

infratores diversos, não só da legislação de trânsito, mas da legislação em geral, especialmente a de natureza criminal.

Prossegue o autor: “As informações a respeito do trânsito de veículos nas nossas estradas são ferramentas fundamentais na prevenção e repressão de inúmeras modalidades de crimes. Nesse sentido, as informações ali disponibilizadas gerarão benefícios diretos à sociedade, gerando dados de inteligência, auxiliando a atividade de segurança, bem como ações policiais preventivas e investigativas, já que o cruzamento de informações é fator fundamental no planejamento e execução de operações.”

Estabelecido o prazo para emendas ao Projeto, 5 sessões a partir de 24/11/2016, encerrou-se o prazo sem a apresentação de emendas.

Cabe a esta CSPCCO o exame do mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O videomonitoramento das vias terrestres é um instrumento de reforço à prevenção e combate ao crime cada vez mais difundido em todo o país. É certo que a iniciativa ainda sofre os efeitos do mau planejamento, principalmente quanto à manutenção dos equipamentos, já que é necessária a previsão de repasses para a manutenção e custeio, sob pena de se dispender altos valores de dinheiro público para montar-se uma estrutura condenada a ineficiência ao longo dos primeiros meses.

Ainda assim, precisamos investir nesta modalidade de prevenção ao crime, por sua eficiência incontestável e capacidade de formar convicção no julgamento de um eventual processo penal.

A proposição prevê a instalação de câmeras de vigilância em cada faixa de circulação das praças de pedágio e das vias públicas de tráfego de veículos automotores dotadas de equipamentos eletrônicos para controle de velocidade, como barreiras ou lombadas eletrônicas, redutores de velocidade e 'pardais'.

Prevê ainda que as câmaras deverão possuir dispositivo de reconhecimento das placas dos veículos, de natureza óptica, eletrônica, por radiofrequência ou por outro meio hábil, inclusive mediante combinação de tecnologias diversas, para fins de armazenamento e transmissão da informação.

O sistema deverá ainda possibilitar, concomitantemente, a gravação e a emissão da informação, de forma automática e em tempo real, a órgãos ou entidades executivos de trânsito e órgãos policiais previamente cadastrados no sistema, para os casos de divergência de leitura, identificação de veículos roubados ou suspeitos e outros que especifica.

Os sistemas também deverão interligar entre si e à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg.

O projeto de lei em análise estabelece que as despesas com todo esse aparato

correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos executivos de trânsito e pelo compartilhamento da receita arrecadada nos termos do art. 320-A da lei nº 9.503 de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Não cabendo a esta comissão avaliar a viabilidade técnica e financeira da proposição, nosso voto restringe-se ao seu mérito para a Segurança Pública e ao Combate ao Crime Organizado.

Assim, diante do exposto, voto pela aprovação do PL 6.463, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DELEGADO WALDIR
Relator